

 Timbre
 PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
 PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1º TRIMESTRE 2018

1.0 - Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição (Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional - STN e da Secretaria de Orçamento Federal - SOF nº 2/2016 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 840/2016), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), consoante a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 510/2016, os dispositivos constantes da Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis. As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) foram utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União, abaixo relacionadas, e comporão o processo de Contas do Governo a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Unidades Gestoras	Localização
060001 STM	Brasília/DF
060002 8ª CJM	Belém/PA
060003 10ª CJM	Fortaleza/CE
060004 7ª CJM	Recife/PE
060005 6ª CJM	Salvador/BA
060006 4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007 9ª CJM	Campo Grande/MS
060017 5ª CJM	Curitiba/PR
060018 1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019 2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020 3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021 12ª CJM	Manaus/AM
060025 Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027 Setorial Contábil	Brasília/DF
060028 Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029 Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030 Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o primeiro trimestre de 2018.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do governo brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das unidades gestoras integrantes desta justiça especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas NBCASP e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF) e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

2.0 Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- transferências concedidas;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- adiantamentos e
- valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo de aquisição.

3.0 Composição dos Principais Itens das Demonstrações

3.1 Balanço Patrimonial

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 64.654 mil em 31/03/2018, refere-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 64.454 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 200 mil.

Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	Varição
Limite de saque com vinculação de pagamento	64.454	51.148	13.306
Demais	200	243	(43)

Total	64.654	51.391	13.263
--------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal - DIPES, por meio do Sistema de Recursos Humanos - SRH, utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	Varição
Adiantamentos concedidos a pessoal	6.533	5.084	1.449
- 13º salário	3.080	2.355	725
- 1/3 de férias	3.015	2.118	897
- Salários e ordenados	438	611	(173)
Suprimento de fundos	37	-	37
Total	6.570	5.084	1.486

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 31/03/2018, a Justiça Militar da União possuía o montante de R\$ 723 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação.

As Unidades Gestoras da Justiça Militar da União, à exceção do Superior Tribunal Militar (UG 060001), não registram em estoque os itens de almoxarifado e material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas diretamente em contas de Variação Patrimonial Diminutiva como consumo imediato. A movimentação do material em estoque no STM é realizada pelo método PEPS.

Nota 04 – Ativo Não Circulante – Imobilizado

A avaliação e a mensuração do ativo imobilizado da JMU tem como base o valor de aquisição ou construção. A inclusão de eventuais gastos adicionais ou complementares não está sendo realizada, pois o sistema de controle patrimonial (Licimap) não permite a alteração de valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

Em relação aos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, não foram realizadas reavaliações e contabilizações dos ajustes ao valor de mercado. Em 2012 foi constituída uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial - COPAP, cujos processos de mensuração encontram-se pendentes de homologação, para posterior registro no sistema de patrimônio e respectivos lançamentos contábeis.

Em maio/2017, a Justiça Militar da União formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira – GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes), e o prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos de acordo com a seguinte tabela, padronizada pela Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Tabela 03 – Tabela de Depreciação da JMU

Título	Vida útil (anos)	Valor residual (%)
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
Equipam/Utensílios Médicos, Odonto, Lab e Hospitalares	15	20%
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
Máquinas e Equipamentos Industriais	20	10%
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
Equipamentos, Peças e Acessórios p/ Automóveis	5	10%
Equipamentos de Manobras e Patrulhamento	20	10%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Eletroeletrônicos	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Outras Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%
Mobiliário em Geral	10	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Fílmotecas	5	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
Obras de Arte e Peças para Exposição	0	0%
Veículos em Geral	15	10%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%
Armamentos	20	15%
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10%

Nota 05 – Ativo Não Circulante – Bens móveis e depreciação

Em 31/03/2018 a JMU possuía o montante de R\$ 35.864 mil em bens móveis (R\$ 36.095 mil em 31/12/2017), sendo R\$ 55.621 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 54.929 mil em 31/12/2017), dos quais se deduz o valor de R\$ 19.757 mil relativo à depreciação acumulada (R\$ 18.833 mil em 31/12/2017).

O acréscimo de R\$ 693 mil no custo de aquisição de bens móveis refere-se à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 04 – Composição da Variação dos Bens Móveis

R\$ milhares

	Acréscimo/(Decréscimo)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	38
Bens de Informática	2.415
Móveis e Utensílios	524
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	79
Veículos	(72)
Bens Móveis em Almoarifado	(2.343)
Demais Bens Móveis	52
Total	693

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 06 - Ativo Não Circulante – Bens imóveis e depreciação

Referem-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a realização das atividades da Justiça Militar da União, bem como imóveis funcionais para utilização por servidores e magistrados, compostos pelos seguintes itens.

Tabela 05 – Bens Imóveis - Composição

R\$ milhares

	2018	2017	Varição
Edifícios Registrados no SPIUNET	48.131	48.131	--
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	34.054	(213)
Obras em Andamento	19.886	19.886	--
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.443	1.443	--
Instalações	843	843	--
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	85	85	--
Subtotal	108.790	109.003	--
Depreciação Acumulada	(4.061)	(3.424)	(637)
Total	104.729	105.579	(850)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

No 1º trimestre de 2018 foi reconhecida a valorização de imóvel de uso especial no SPIUNet, decorrente de reavaliação para fins de alienação de imóvel funcional, no montante de R\$ 357 mil. A alienação desse imóvel foi realizada pelo valor de R\$ 570 mil, o que corresponde ao valor patrimonial acrescido da valorização. Dessa forma, restou a variação negativa de R\$ 213 mil na conta de Imóveis Residenciais/Comerciais, referente ao valor inicial do imóvel.

Nota 07 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso, bem como aplicativos desenvolvidos internamente, para utilização do Órgão, conforme o Procedimento SIAFI 02.11.30 – Despesas com TI.

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do sistema de controle patrimonial existente no Órgão. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno demandou às Diretorias de Tecnologia da Informação (DITIN) e de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um sistema de controle patrimonial que permita o controle, acompanhamento e mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Em maio/2017, a Justiça Militar da União formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira – GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do intangível.

O acréscimo no valor de R\$ 1.498 mil nos softwares com vida útil definida refere-se, principalmente, aquisição do software ORÇAFASCIO – software para engenharia, pelo período de 12 (doze) meses.

Tabela 06 – Ativo Intangível - Composição

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	Varição
Softwares	5.160	5.159	1
- Softwares com vida útil definida	5.144	5.143	1
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	--
Marcas, direitos e patentes industriais	227	227	--
Total	5.387	5.386	1

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 08 – Passivo Circulante – Pessoal a pagar

Em 31/03/2018, a Justiça Militar da União possuía o montante de R\$ 10.669 mil em obrigações trabalhistas, referentes à provisão relativa ao duodécimo do décimo terceiro salário (R\$ 9.310 mil) e férias de servidores e magistrados (R\$ 1.359 mil). O sistema de administração de pessoal utilizado pela JMU não está preparado para calcular as provisões da folha de pagamento, sendo sua mensuração e registro mensais efetuados à base de 1/12 da estimativa anual da folha de pessoal do Órgão.

Em maio/2017, a Justiça Militar da União formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira – GEAFIN, desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Nota 09 – Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 07 - Contas a Pagar Credores Nacionais

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	Varição
Fornecedores a Pagar	175	75	100

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 10 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 31/03/2018, o valor de R\$ 405 mil refere-se às apropriações oriundas de retenção de valores devidos a fornecedores e prestadores de serviços, bem como a depósitos e cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 08 - Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017	Varição
Depósitos Retidos de Fornecedores	162	156	6
Depósitos e Cauções Recebidos	200	243	(43)
Outros	44	15	29
TOTAL	406	414	(8)

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 11 – Passivo Não Circulante – Outras provisões

O saldo de R\$ 305.655 mil (atualizado em 31/12/2017) corresponde a provisões relacionadas às despesas com pessoal a seguir discriminadas, conforme informação oriunda da Diretoria de Pessoal. A atualização do saldo possui periodicidade anual.

Tabela 09 – Outras provisões - Composição

R\$ milhares

	31/03/2018	31/12/2017
VPI (13,23%)	219.879	219.879

Complemento PAE	27.403	27.369
VPNI – Quintos	25.622	22.635
Conversão Pecúnia – Licença Especial	20.610	19.183
URV (11,98%)	5.349	5.349
Concessão de Pensão	1.768	1.048
Conversão Pecúnia – Licença Prêmio	1.436	1.335
Outros Passivos	3.588	3.758
TOTAL	305.655	305.655

Fonte: SIAFI 2018 e 2017.

Nota 12 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A Justiça Militar da União apresentou, no primeiro trimestre de 2018, resultados acumulados de -R\$ 98.883 mil (-R\$ 104.313 mil em 2017). A variação positiva de R\$ 5.430 mil decorreu principalmente do resultado patrimonial positivo de R\$ 5.447 mil excluído o saldo da conta de ajustes exercícios anteriores (R\$17 mil) a que se refere a regularização de saldo em conta de materiais de consumo de exercícios anteriores da Auditoria da 5ª CJM.

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 13 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 5.447 mil, representando aumento de R\$ 4.924 mil (970,5%) em relação ao 1º trimestre de 2017 (R\$ 523 mil), conforme tabela a seguir.

Tabela 10 – Resultado Patrimonial

R\$ milhares

	1ºTrim/2018	1ºTrim/2017	Varição	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	240.124	227.509	12.615	5,54%
Variações Patrimoniais Diminutivas	(234.677)	(226.986)	(7.691)	3,39%
Resultado Patrimonial do Período	5.447	523	4.924	970,54%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Conforme demonstrado na tabela seguinte, os principais motivos para o aumento do resultado foram os acréscimos nas receitas de exploração e venda de bens, serviços e direitos (R\$ 6.107 mil) e transferências e delegações recebidas (R\$ 6.079 mil), bem como os acréscimos nas despesas de pessoal e encargos (R\$ 1.500 mil), benefícios previdenciários e assistenciais (R\$ 1.974 mil), uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (R\$ 1.391 mil) e transferências e delegações concedidas (R\$ 2.307 mil).

Tabela 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	1ºTrim/2018	1ºTrim/2017	Varição
Transferências e delegações recebidas	233.146.090,77	227.067.161,95	6.078.928,82
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	6.142.901,49	35.856,67	6.107.044,82
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	406.736,06	-	406.736,06
Contribuições	270.227,31	278.960,40	(8.733,09)
Outras variações patrimoniais aumentativas	157.706,75	127.334,80	30.371,95
TOTAL	240.123.662,38	227.509.313,82	12.614.348,56

Variações Patrimoniais Diminutivas	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Varição
Transferências e delegações concedidas	110.371.849,41	108.065.087,28	2.306.762,13
Pessoal e encargos	55.426.545,04	53.926.898,79	1.499.646,25
Benefícios previdenciários e assistenciais	50.247.303,58	48.273.178,52	1.974.125,06
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	17.754.458,33	16.363.161,31	1.391.297,02
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	570.500,00	8.279,23	562.220,77
Tributárias	152.524,09	153.605,49	(1.081,40)
Outras variações patrimoniais diminutivas	126.218,17	195.559,87	(69.341,70)
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	27.369,58	73,93	27.295,65
TOTAL	234.676.768,20	226.985.844,42	7.690.923,78
Resultado Patrimonial do Período	5.446.894,18	523.469,40	4.923.424,78

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 14 - Variação Patrimonial Aumentativa – Contribuições

Referem-se às contribuições destinadas ao custeio de pensões militares, decorrentes de descontos mensais obrigatórios na folha de pagamento de militares cedidos à JMU, à alíquota de 7,5%. Essas contribuições são repassadas ao Ministério da Defesa, órgão do Governo Federal responsável pela direção superior das Forças Armadas, não tendo impacto no resultado da JMU.

Nota 15 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Tabela 12 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

R\$ milhares

	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Varição
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.143	36	6.107

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Os valores do 1º trimestre de 2018 são oriundos, principalmente, das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU.

Nota 16 – Variação Patrimonial Aumentativa – Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 13 – Transferências e Delegações Recebidas

R\$ milhares

	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Varição
Cota Recebida	119.051	119.351	(300)
Sub Repasse Recebido	109.941	107.688	2.253
Movimentações de VPA	4.100	-	4.100
Doações/Transferências Recebidas	54	28	26
Total	233.146	227.067	6.079

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Os valores relativos à Cota Recebida são decorrentes das transferências financeiras realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional para a JMU, para realização das suas atividades. Posteriormente, esses valores são objetos de transferências internas para as diversas Unidades Gestoras da JMU, classificados como Sub Repasse Recebido. Dessa

forma, ocorre a duplicidade na informação, pois os valores recebidos como Sub Repasse estão contidos na Cota Recebida pelo Órgão. Os mesmos valores são descritos na Nota nº 22 – Transferências e Delegações Concedidas.

Os valores relativos a Movimentações de VPA referem-se a reclassificações de pagamentos entre notas de empenho de exercícios diferentes.

Nota 17 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No 1º trimestre de 2018 foi reconhecida a valorização de imóvel de uso especial no SPIUNet, decorrente de reavaliação para fins de alienação de imóvel funcional, no montante de R\$ 357 mil.

Foram auferidos ainda ganhos no valor de R\$ 49 mil relativos ao reconhecimento de ativos, em decorrência da incorporação de bens utilizados em reforma de apartamentos funcionais e de bens móveis doados pela Marinha do Brasil.

Nota 18 – Variação Patrimonial Aumentativa – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Referem-se a restituições e indenizações reconhecidas como receitas pela JMU, decorrentes de aplicação de multas, bem como valores devolvidos por servidores por motivos de cessão, redistribuição, alteração do período de férias, posse em cargo inacumulável, óbito, diárias não utilizadas etc.

Nota 19 – Variação Patrimonial Diminutiva – Pessoal e Encargos

Tabela 14 – Pessoal e Encargos

R\$ milhares

	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Varição
Remuneração a Pessoal	44.205	42.863	1.342
Encargos Patronais	7.090	6.896	194
Benefícios a Pessoal	4.007	4.167	(160)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	124	-	124
TOTAL	55.426	53.926	1.500

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

O aumento das despesas de Remuneração a Pessoal, compostas principalmente pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial, decorreu, principalmente, da implantação parcelada do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário da União instituído pela Lei nº 13.317/2016.

O referido aumento causa reflexo também nos benefícios de aposentadorias e reformas, conforme Nota 20 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos a que tem direito os servidores empossados até 2004.

Nota 20 – Variação Patrimonial Diminutiva – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Tabela 15 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

R\$ milhares

	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Varição
Aposentadorias e Reformas	32.037	29.988	2.049
Pensões	18.196	18.184	12
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	14	101	(87)
TOTAL	50.247	48.273	1.974

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 21 – Variação Patrimonial Diminutiva – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**Tabela 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

R\$ milhares

	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Varição
Uso de material de consumo	820	683	137
Serviços	15.374	14.251	1.123
Depreciação	1.560	1.429	131
TOTAL	17.754	16.363	1.391

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Compreende as despesas com manutenção e operação da máquina pública utilizados para o funcionamento da JMU, tais como: serviços administrativos, vigilância, limpeza, água, energia elétrica, diárias, material de consumo, passagens e despesas com hospedagens e locomoção, depreciação de bens móveis e imóveis etc.

Nota 22 – Variação Patrimonial Diminutiva – Transferências e Delegações Concedidas**Tabela 17 – Transferências e Delegações Concedidas**

R\$ milhares

	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Varição
Sub Repasse Concedido	109.941	107.688	2.253
Movimento de Saldos Patrimoniais	300	349	(49)
Doações/Transferências Concedidas	127	28	99
Repasse Concedido	4	-	4
Total	110.372	108.065	2.307

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 23 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Após a valorização do imóvel funcional descrito na Nota 17 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, no 1º trimestre de 2018 foi realizada sua alienação pelo valor total atualizado de R\$ 570 mil.

3.3 - Balanço Orçamentário**Nota 24 - Previsão Inicial e Dotação Inicial**

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da Justiça Militar da União apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União, sendo assim, evidencia um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União através de descentralização financeira provenientes de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciada no Balanço Orçamentário e sim no Balanço Financeiro.

Tabela 18 – Orçamento Aprovado – Composição

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	362	Despesas Correntes	540.919
Receita Patrimonial	129	Pessoal e Encargos Sociais	426.438
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	Outras Despesas Correntes	114.480
Receitas de Serviços	4		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	Despesas de Capital	9.132
Outras Receitas Correntes	229	Investimentos	9.132
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	Inversões Financeiras	-
Total das Receitas	362	Total das Despesas	550.051

Fonte: SIAFI 2018

Nota 25 – Receitas Orçamentárias – Previsão x Execução

A maior parte da arrecadação das receitas da Justiça Militar da União no primeiro trimestre do exercício de 2018 (98%) refere-se a arrecadação por meio de GRU de receitas do concurso público realizado pela JMU no presente exercício.

Até o momento a arrecadação com receita patrimonial com a exploração do patrimônio da JMU perfazem um total de 24% em relação à previsão inicial.

Se comparado o primeiro trimestre do exercício de 2017 (216 mil) com o de 2018 (362 mil) constata-se que a previsão inicial de 2018 excede em mais de 67% a previsão inicial de 2017.

Tabela 19 – Previsão e Execução da Receita Orçamentária

R\$ milhares

Receita	1º Trimestre 2018			1º Trimestre 2017		
	Previsão Inicial	Receitas Realizadas	AV %	Previsão Inicial	Receitas Realizadas	AV%
Receitas correntes	362	6.246	100%	216	163	100%
Receita Patrimonial	129	31	0,004	74	35	0,21%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	129	31	0,004	74	35	0,21%
Receitas de Serviços	4	6.111	0,98%	1	1	0,01%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4	6.111	0,98%	1	1	0,01%
Outras Receitas Correntes	229	104	0,016%	141	127	0,78%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	229	104	0,016%	141	127	0,78%
Total das Receitas	362	557	100%	216	163	100%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 26 – Despesas Orçamentárias – Execução

A JMU no primeiro trimestre de 2018 empenhou R\$ 72 mil com despesas de capital e R\$ 143.748 mil com despesas correntes. Destas, 68% (97.425 mil) referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais e 32% (46.323 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades. Das despesas correntes, apenas 7% foram empenhadas restando um saldo de R\$ 9.060 mil para serem comprometidas com a formação ou aquisição de um bem de capital.

Das despesas correntes liquidadas 99% foram pagas enquanto que das despesas de capital liquidadas 67% foram pagas.

Se comparado à diferença da dotação atualizada total (R\$ 550.051 mil) e o saldo da dotação até o momento (R\$ 406.230 mil) tem-se o valor de R\$ 143.821 mil (27%) que equivale ao valor executado pela JMU no primeiro trimestre

do exercício de 2018.

Tabela 20 – Execução da Despesa Orçamentária

R\$ milhares

Despesa	31/03/2018				
	Dotação Inicial	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Orçamentárias	540.919	143.748	108.015	107.901	397.170
Despesas Correntes	540.919	143.748	108.015	107.901	397.170
Pessoal e Encargos Sociais	426.438	97.425	93.333	93.326	329.013
Outras Despesas Correntes	114.480	46.323	14.682	14.575	68.157
Despesas de Capital	9.132	72	21	14	9.059
Investimentos	9.132	72	21	14	9.059
Subtotal das Despesas	550.051	143.821	108.037	107.915	406.230
Total	550.051	143.821	108.037	107.915	406.230

Fonte: SIAFI 2018

Nota 27 – Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2017, 65% faz referência a despesas com pessoal (23.017 mil), 31% a outras despesas correntes (10.967 mil) e 4% despesas de capital com investimentos (1.411 mil).

Foram pagos no primeiro trimestre do exercício vigente 23% (8.131 mil) referente aos restos a pagar inscritos do exercício de 2017.

Até o momento 8% (1.756 mil) dos restos a pagar não processados inscritos no grupo de despesa pessoal e encargos sociais (23.017 mil) foram liquidados e pagos restando um saldo de R\$ 21.322 mil a ser liquidado e pago até junho de 2019.

Tabela 21 - Restos a Pagar Não processados – Composição 1º Trimestre de 2018.

R\$ milhares

Despesa	1º Trimestre de 2018					
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em Dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Orçamentárias	788	33.984	7.485	7.441	165	27.165
Despesas Correntes	788	33.984	7.485	7.441	165	27.165
Pessoal e Encargos Sociais	60	23.017	1.756	1.756	-	21.322
Outras Despesas Correntes	727	10.967	5.729	5.685	165	5.842
Despesas de Capital	727	1.411	689	689	1	755
Investimentos	33	1.411	689	689	1	755
Subtotal das Despesas	822	35.395	8.174	8.131	166	27.920
Total	822	35.395	8.174	8.131	166	27.920

Fonte: SIAFI 2018

Nota 28 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

No tocante aos restos a pagar processados inscritos em 2017, 88% faz referência ao grupo de despesas - outras despesas correntes (109 mil) e 12% ao grupo de despesas - pessoal e encargos sociais (15 mil).

Do saldo de R\$ 196 mil de RPP que ainda precisa ser pago, 80% faz referência a exercícios anteriores e 20% aos inscritos em 2017.

Tabela 22 - Restos a Pagar processados – Composição 1º Trimestre 2018

R\$ milhares

Despesa	1º Trimestre 2018				
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
Despesas Correntes	132	124	60	-	196
Pessoal e Encargos Sociais	-	15	-	-	15
Outras Despesas Correntes	132	109	60	-	181
Despesas De Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas	132	124	60	-	196
Total	132	124	60	-	196

Fonte: SIAFI 2018

3.4 – Balanço Financeiro**Nota 29 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária**

A descentralização de recursos financeiros ocorre através de cota transferida da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para a Setorial Orçamentária e Financeira que está localizada na Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) da Justiça Militar da União, que descentraliza os recursos financeiros, recebidos anteriormente sob a forma de cota da COFIN, às Unidades Gestoras executoras por meio de Sub-repasse.

O grupo Transferências Financeiras Recebidas representam, no período analisado, 70% do total dos ingressos do Balanço Financeiro.

O valor da Cota Recebida da COFIN corresponde à R\$ 119.050 mil sendo que, desse valor recebido, foi repassado as Unidades Gestoras pertencentes à JMU o valor de R\$ 109.941 mil que representa aproximadamente 92% do valor da cota recebida da COFIN/STN.

Observa-se que o valor do sub-repasse recebido no valor de R\$ 109.941 mil já está contabilizado dentro da cota recebida fazendo com que este valor seja duplicado quando extraído do demonstrativo - Balanço Financeiro no SIAFIWEB - de acordo com o evidenciado na Nota nº 15 - Variação Patrimonial Aumentativa - Transferências e Delegações Recebidas

O valor das transferências financeiras descentralizadas da COFIN/STN para a JMU no primeiro trimestre de 2018 é menor em R\$ 300 mil, ou seja, 1% se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 23 - Transferências Financeiras Recebidas Resultantes da Execução Orçamentária

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	228.992	227.038	1%

Cota Recebida	119.050	119.350	-1%
Sub-repasse Recebido	109.941	107.687	2%
Total	228.992	227.038	1%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 30 - Recebimentos Extraorçamentários

Dos recebimentos extraorçamentários que totalizam R\$ 40.356 mil, 89% referem se à inscrição de restos a pagar não processados do exercício de 2017, 10% a regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenhos de exercícios diferentes classificados como outros recebimentos extraorçamentários e menos de 1% refere se à inscrição de restos a pagar processados, depósitos restituíveis e arrecadação de outra unidade das quais a JMU é mera repassadora desses valores.

Tabela 24 - Recebimentos Extraorçamentários

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	Variação
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	121	95	26
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	35.784	28.841	6.943
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	51	113	-62
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.399	278	4.121
Total	40.356	29.329	11.028

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 31 – Despesas Orçamentárias

Do total de Despesas Orçamentárias do primeiro trimestre de 2018, 64% são referentes às Despesas Ordinárias, que são de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, e que no caso da JMU estão alocadas em gastos com despesas de pessoal, manutenção e investimentos; 36% representam despesas vinculadas, as quais sua aplicação depende de definição em lei, no caso em pauta referem-se da seguridade social e outras vinculações a órgãos e programas.

As despesas ordinárias do primeiro trimestre do exercício vigente teve um aumento de R\$ 6.418 mil se comparado à mesma época do exercício anterior.

Já as despesas vinculadas do primeiro trimestre do exercício financeiro de 2018 aumentou em R\$ 2.214 mil se comparado ao primeiro trimestre do exercício de 2017.

Tabela 25 – Despesas Orçamentárias

R\$ milhares

Despesas orçamentárias	31/03/2018	31/03/2017	Variação
Ordinárias	92.245	85.827	6.418
Vinculadas	51.575	49.361	2.214
Seguridade social (Exceto RGPS)	46.590	45.402	1.188
Outros recursos vinculados a Órgãos e Programas	4.985	3.959	1.026
Total	143.820	135.188	8.632

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 32 – Transferências Financeiras Concedidas

Das Transferências Financeiras Concedidas Resultantes da Execução Orçamentária da JMU o valor de R\$ 109.941 mil corresponde à quantia descentralizada para as unidades gestoras da JMU e R\$ 4 mil de valores repassados para UG 160075/00001 Setorial Financeira do Comando do Exército através de Termo de Execução Descentralizada - TED

Dentro do grupo Transferências Financeiras Concedidas independentes de execução orçamentária houve um decréscimos de 15% se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Tabela 26 – Transferências Financeiras Concedidas

R\$ milhares

	31/03/2018	31/03/2017	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	109.945	107.687	2%
Repasso Concedido	4	-	-
Sub-repasso Concedido	109.941	107.687	2%
Independentes da Execução Orçamentária	299	348	- 15%
Total	110.245	107.687	2%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

3.5 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Nota 33 – Fluxos de Caixa das Atividades das Operações – Receitas Derivadas e Originárias

No período em pauta a receita patrimonial é de 13,89% (5 mil) a menor em relação ao mesmo período de 2017, referente à Taxa de uso de Imóvel.

As receitas derivadas e originárias tem sua maior representatividade financeira no grupo da Receita de Serviços totalizando o valor de R\$ 6.112 mil composto principalmente das receitas auferidas com taxas de inscrição para o concurso de ingresso na JMU.

Tabela 27 – Receita Patrimonial e de Serviços – Variação 2018

R\$ milhares

Receitas Derivadas e Originárias	1º Trim/2018	1º Trim/2017	Variação
Receita Patrimonial	31	36	- 5
Receita de Serviços	6.112	-	6.112
Total	6.143	36	6.107

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 34 – Transferências Correntes Recebidas – Demais Recebimentos

No grupo de Transferências Correntes Recebidas houve uma regularização de saldo invertido decorrente de procedimento de reclassificação de Transferências Recebidas para Execução Orçamentária Intra OFSS de exercícios diferentes, conforme orientação constante nas mensagens SIAFI/STN 2018/0421212, 0421215 e 0525468, no valor de R\$ 4.099.907,31 mil.

Tabela 28 – Transferências Correntes Recebidas – Variação 2018

R\$ milhares

Receitas Derivadas e Originárias	1º Trim/2018	1º Trim/2017	AH (%)
Demais Recebimentos	4.099	-	100%
Total	4.099	-	100%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 35 – Das Atividades de Investimento – Desembolsos

Nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento ocorreu um aumento no desembolso de 96,89% no 1º trimestre de 2018 quando comparado ao 1º trimestre de 2017, principalmente, pelos pagamentos efetuados com despesas de capital inscritas em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Tabela 29 – Aquisição de Ativo não Circulante – Variação 2018

R\$ milhares

Desembolsos	1º Trim/2018	1º Trim/2017	AH (%)
Aquisição de Ativo Não Circulante	703	345	103,88%
Outros Desembolsos de Investimentos	1	13	88,48%
Total	704	358	97%

Fonte: SIAFI 2018 e 2017

Nota 36 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 13.263 mil, quando o mesmo período analisado de 2017 foi de R\$ 6.910 mil. Este desempenho é resultante do aumento das Receitas de serviços, conforme Nota nº 01.

Brasília, 25 de Março de 2018

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA

Supervisor Substituto

Técnico Judiciário

BOLIVAR ALVES DOS SANTOS

Analista Judiciário

ADRIANE BATISTA PACHECO

Militar

JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Analista Judiciário

ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE

Supervisora II - SEACO

Contadora Responsável da JMU

1. De acordo.

2. À consideração Superior.

RITA DE CÁSSIA MATOS MARCELLINO DA SILVA

Coordenadora da COAVO

Coordenação de Acompanhamento, Avaliação e Orientação

De acordo.

VALDEMIR REGIS FERREIRA

Secretário de Controle Interno

 Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 25/04/2018, às 17:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA MATOS MARCELLINO DA SILVA, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO**, em 25/04/2018, às 17:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **ERICA RAMOS DE ALBUQUERQUE, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL**, em 25/04/2018, às 18:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) SUBSTITUTO(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL**, em 25/04/2018, às 18:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **BOLIVAR ALVES DOS SANTOS, ANALISTA JUDICIÁRIO - Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/04/2018, às 23:10 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **ADRIANE BATISTA PACHECO, MILITAR**, em 26/04/2018, às 12:45 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Apoio Especializado - Contabilidade**, em 26/04/2018, às 13:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1015241** e o código CRC **F5B32D03**.

1015241v59

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF